

## **ANEXO VI**

### **ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES: PROPOSTA METODOLÓGICA**

O presente anexo foi estruturado com o intuito de propor os procedimentos metodológicos para o alcance do objetivo III - (a) do Plano de Acompanhamento, Pesquisa, Avaliação e Monitoramento, que prevê: monitorar e avaliar o desenvolvimento organizacional das comunidades abrangidas pelo Projeto Redes ao longo da Fase II. O objetivo propõe a análise a partir da constituição da Coordenação Político-Pedagógica e do lançamento da Rede de Formação do Projeto Redes, considerando não apenas a participação de membros das comunidades nestes espaços, como também reconhecendo espaços e formas outras já existentes nas comunidades.

Em decorrência do contexto de pandemia de Covid-19 e os consequentes protocolos de segurança, a implementação da Fase II sofreu com algumas limitações, sobretudo em relação ao estabelecimento de diálogos e vínculos com as comunidades em questão, dentre elas 41 integradas apenas nessa fase II do projeto. Este primeiro ano de Projeto, como apresentado no documento "Diagnóstico Covid-19 e sobre Uso de Instrumentos de Comunicação Remota junto ao Público do Projeto Redes", concentrou esforços para adaptar os processos às condições de exequibilidade das ferramentas remotas.

Nesse sentido, segundo avaliação da equipe executora, o levantamento de dados sobre as organizações comunitárias presentes no território tornou-se inviável neste período. Esta conjectura justifica-se pelo pouco tempo hábil para aplicação da metodologia, considerando os atrasos impostos pela conjuntura, e pela dificuldade de articulação entre equipe e comunidades, que afetaria diretamente na qualidade e confiabilidade dos dados obtidos.

Portanto, este anexo se propõe a apresentar e aprofundar as etapas metodológicas a serem aplicadas no decorrer dos próximos anos do Projeto Redes. É necessário salientar que a proposta a seguir está sujeita a alterações a partir das demandas que possam surgir durante sua aplicação.

Assim, seguem: 1) revisão bibliográfica - a fim de embasar a análise da organização comunitária no Projeto Redes e associar os instrumentos e os processos de registro e sistematização da organização das comunidades; 2) Questionário de Percepção da Equipe de Campo atualizado para a Fase 2; 3) Modelo de Relatório de Atividade por Comunidade acrescido de item voltado a registrar e avaliar regularmente a evolução dos processos organizativos nas comunidades; 4) Planilha de Fortalecimento das Organizações Comunitárias atualizada; 5) Proposta de Avaliação Coletiva da Organização Comunitária do Período das Atividades Presenciais.

## **1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA ACERCA DE ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS**

O processo organizativo de comunidades tradicionais pode ser compreendido em sua concepção mais ampla como a forma em que seu território é produzido a partir do espaço geográfico, por meio de relações sociais, políticas e econômicas. De acordo com Raffestin (1993), essa dinâmica permite a projeção de uma abundância de possibilidades, cujas características se moldam de acordo com a apropriação objetiva ou subjetiva de atores que a todo momento realizam associações e dissociações com outros sujeitos ou com singularidades que os interessam.

As configurações territoriais que se engendram deste processo manifestam as relações hierárquicas que conformam os arranjos de poder e diferenciam o território a partir de suas características funcionais, ligadas às formas de interação e aos interesses condutores (RAFFESTIN, 1993).

Ao interpretar esta realidade sob a ótica da globalização, é possível identificar novos modos de ocupação e organização dos territórios. Estes novos modos regidos pela hegemonização capitalista conflitam com configurações comunitárias e as impõem o distanciamento do controle territorial (HAESBAERT, 2003). A reorganização de comunidades tradicionais, portanto, se coloca como necessidade e ocasiona novas possibilidades para reprodução socioespacial (RODRIGUES, 2006).

Nesse sentido, organizações comunitárias assumem também dimensões políticas à medida que possibilitam uma maior participação no planejamento e desenvolvimento de seus territórios (AMMANN, 1997 *apud* RODRIGUES, 2006). Brandão e Borges

(2014) apontam que o desenvolvimento organizacional das comunidades tradicionais se direciona para ao menos três sentidos: (a) afirmar seus direitos e cobrar do Estado o comprometimento, em defesa de seus territórios patrimoniais, mas igualmente de seus “patrimônios culturais imateriais”; (b) se colocar no mercado muitas vezes de forma inovadora e proveitosa financeiramente, utilizando-se principalmente de produtos coletados da natureza; (c) se apresentarem como agentes ativos na conservação do meio ambiente anteriores às políticas ambientais.

O desenvolvimento das práticas organizativas em territórios tradicionais tem sido acompanhado por um processo de burocratização, pautado sobretudo pelo crescente interesse de inserção em arenas políticas (LÜCHMANN *et al.*, 2017). Isso resultou em uma segmentação conceitual das organizações, que passam então a serem diferenciadas a partir da sua formalidade ou não.

Organizações formais, conforme descrito na literatura, envolvem o cumprimento de requisitos organizacionais, como estruturas de divisão de atividades e profissionalização, a formalização das interações entre os indivíduos, o cumprimento de leis específicas e de questões burocráticas, natureza jurídica, entre outras (FONTES, 1996; VILPOUX, 2015; SOUZA *et al.*, 2020). Como exemplos destes modelos, podem ser citadas as associações e as cooperativas, ambas reguladas pelo Marco Regulatório do Terceiro Setor - Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

A criação de organizações formais possibilita maior visibilidade e força para com os órgãos privados e públicos. Contudo, a base na qual esse processo se origina remete às estruturas informais, que conectam os indivíduos a partir de sua cultura, religião, costumes, valores e etc. A correlação entre o âmbito formal e informal promove uma maior legitimidade do processo organizacional, permitindo graus mais elevados de identificação e representação do corpo coletivo (SOUZA *et al.*, 2020; CAMARGO, 2015).

A reflexão acerca de organizações comunitárias revela desafios a serem contornados quando se objetiva reconhecê-las e fortalecê-las por meio de projetos, pesquisas e outras iniciativas. A importante questão que se impõe refere-se a como dimensionar organizações para além de sua formalidade, incluindo as subjetividades do território como objeto de análise. Couto *et al.* (2019) apontam que uma interpretação

não-hegemônica sobre organizações permite enxergá-las concretizadas a partir de suas práticas discursivas e não-discursivas.

Uma perspectiva crítica de análise relativa à organização comunitária deverá delimitar seus objetivos, expondo os pressupostos analíticos: qual o foco da análise, os processos de análise, os instrumentos de aferição, a sistematização e as dimensões quantitativas e qualitativa - buscando analisar seus limites e potencialidades (BOURDIEU, 1996; BOURDIEU *et al.*, 2004).

Coloca-se como um desafio imprescindível retomar o acúmulo crítico sobre o período recente de participação popular no país e as contradições entre as demandas sociais e as políticas públicas. Há resultados diferenciados entre setores da sociedade civil relativos às oportunidades e à consolidação de espaços de participação. Tem sido detectado certo esgotamento das formas organizativas e de participação em associações, fundações, redes de mobilização, movimentos sociais etc. (GOHN, 2011). Estas formas organizativas foram e são extremamente importantes para os avanços democráticos na sociedade brasileira. Contudo, uma análise crítica sobre a organização comunitária deverá estar atenta para onde tem desembocado os arranjos sociais locais para resolução prática de necessidades, problemas e demandas efetivas e os controles políticos das pautas sociais.

Deste modo, a análise da organização comunitária poderá ir ao encontro com a perspectiva de educação popular que reconhece a existência de um sujeito com seus modos de vida e trabalho (FREIRE, 1983; BRANDÃO, 1981). Pois, a identificação por parte das/dos educadores (as) populares do *fazer-se* do sujeito comunitário, em suas práticas cotidianas, se constituirá numa estratégia de compreensão da organização comunitária (THOMPSON, 1987). Portanto, as necessidades e valores comunitários se expressam em diversas demandas, em diferentes espaços e de formas contraditórias que requerem uma sensibilização crítica relativa à diversidade comunitária organizativa - por exemplo, em espaços recreativos, religiosos, de solidariedade/mutirão, festivos, etc. Estas formas organizativas poderão ser qualitativamente analisadas sobre seus limites e potencialidades em debates das equipes de educadores populares por Mesoterritório - semestralmente, numa das reuniões já previstas.

Outro desafio trata-se do referencial sob o qual o território será compreendido neste Projeto e como efeito, nas suas ações. A agregação de ações coletivas requer

compreender o espaço social na sua totalidade econômica, sociocultural e política dos usos comuns de bens naturais disponíveis. Assim, a análise das práticas organizativas nos espaços comunitários deverá considerar os impactos negativos e históricos da exclusão dos atingidos nos processos de licenciamento ambiental (COSTA, 2016). Para tanto, buscar-se-á identificar os limites e possibilidades de participação comunitária no território visando a gestão ambiental pública, a conquista de direitos e a qualificação na negociação com empresas e órgãos ambientais. Este balanço poderá ser aferido através do Questionário de Percepção da Equipe de Campo atualizado para a Fase 2, a ser aplicado ao fim do período de um ano de início das atividades presenciais junto à equipe de educadores.

Por fim, há o desafio que requer a compreensão da educação ambiental crítica que considerará os elementos do conflito e da mediação (QUINTAS, 2004). A análise que considerará o processo educativo voltado para a gestão ambiental e com a perspectiva da autonomia organizativa do sujeito coletivo comunitário que, inserido nos seus espaços sociais, se enxerga como sujeito de direitos e no contexto de acesso aos bens naturais (BRANDÃO, 1981; FREIRE, 1983; ACOSTA, 2019). Desta maneira, poder-se-á identificar os movimentos autônomos dos sujeitos, pontos de atenção, desdobramentos e processos de fortalecimento e organizativos que possam ter sido estimulados pelo projeto. A Avaliação Coletiva da Organização Comunitária poderá trazer elementos dos limites e das potencialidades a serem identificados e trabalhados no Projeto Redes.

## **2. QUESTIONÁRIO DE PERCEPÇÃO DA EQUIPE DE CAMPO**

Este questionário foi desenhado a partir do proposto no Relatório Final da Fase I do Projeto Redes. Sua estruturação respeitou o uso das métricas propostas na Fase I para garantir a possibilidade de análises comparativas com a fase atual. Entretanto, o questionário passou por um processo de reelaboração visando abranger novas ações, demandas e conceitos estabelecidos pelo Plano de Trabalho revisado.

A aplicação desta ferramenta se iniciará ao final do período de um ano a partir do retorno das atividades de campo (setembro/2021) e se repetirá no mesmo período dos anos seguintes. A análise dos dados levantados será apresentada nos próximos relatórios anuais. O questionário será respondido pelas duplas de educadores (um educador de base e um de apoio) divididos por Microterritórios.

É necessário ressaltar que, como já apontado anteriormente, esta ferramenta está sujeita a adaptações de acordo com as necessidades impostas durante o Projeto.

#### I. PARTICIPAÇÃO DOS/AS EDUCADORES DE BASE

1) O/a educador/a de base é atuante na comunidade?

- Classifique sua atuação de 1 a 5 com base nas seguintes métricas: 1 - Não é atuante; 2 - Pouco atuante; 3 - Regularmente atuante; 4 - Muito atuante; 5 - Totalmente atuante. Leve em consideração a participação do educador/a em atividades de planejamento, na execução das ações educativas e nas comissões de base.
- Justifique sua resposta.

2) O/a educador/a de base se identifica como parte do Projeto Redes?

- Classifique sua atuação de 1 a 5 com base nas seguintes métricas: 1 - Não se identifica; 2 - Pouca identificação; 3 - Identificação regular; 4 - Alta identificação; 5 - Identificação total. Leve em consideração a identificação do educador/a com os objetivos e formas de atuação do Redes e a sua percepção em relação ao suporte que recebe para desenvolver suas atividades, conhecimentos e habilidades.
- Justifique sua resposta.

#### II. SOBRE AS COMISSÕES DE BASE

3) A comunidade possui uma comissão de base formada?

- (a) Sim, com mais de 5 membros fixos
- (b) Sim, com 2 a 5 membros fixos
- (c) Sim, com membros rotativos
- (d) Apenas um contato firme na comunidade
- (e) Não possui comissão formada ou contato fixo

#### III. DETALHAMENTO DAS COMISSÕES

4) O/a educador/a de base faz parte da comissão de base?

- (a) Sim
- (b) Não

5) O grupo que hoje chamamos de comissão de base já existia antes do Projeto Redes?

- (a) Não existia antes do Redes
  - (b) Alguns membros já se reuniam antes do Redes
  - (c) Já existia antes do Redes
- 6) A comissão de base é atuante na comunidade?
- Classifique sua atuação de 1 a 5 com base nas seguintes métricas: 1 - Não é atuante; 2 - Pouco atuante; 3 - Regularmente atuante; 4 - Muito atuante; 5 - Totalmente atuante. Leve em consideração a participação da comissão em atividades de planejamento, na execução das ações educativas e nas atividades das comissões de base.
  - Justifique sua resposta.

#### IV. ENGAJAMENTO DOS COMUNITÁRIOS COM O PROJETO REDES

- 7) Quem são os sujeitos das formações pedagógicas e quantos participam das atividades?

Perfil/Comunidade	PREENCHER COMUNIDADE	PREENCHER COMUNIDADE	PREENCHER COMUNIDADE	PREENCHER COMUNIDADE	PREENCHER COMUNIDADE
Jovem pescador/a					
Jovem não pescador					
Mulher pescadora					
Mulher não pescadora					
Homem pescador					
Homem não pescador					
Trabalhadores/as do turismo					
Trabalhadores/as da educação					
Trabalhadores/as da saúde					
Outro/a					

8) Os participantes das formações do Projeto Redes ampliaram o seu envolvimento nos espaços de decisões políticas desde o começo do Projeto?

- (a) Já eram muito envolvidos
- (b) Ampliaram muito
- (c) Ampliaram pouco
- (d) Não ampliaram



(e) Retrocederam

#### V. DESDOBRAMENTOS FOMENTADOS PELO PROJETO REDES

9) Assinale as alternativas que representam os desdobramentos fomentados pelo Redes até o momento atual:

- Vinculação com a Coordenação Político Pedagógica da Rede de Formação Socioambiental
- Participação na proposição dos Cursos do lançamento da Rede de Formação Socioambiental
- Articulação das organizações comunitárias locais por Microterritório
- Articulação das organizações comunitárias locais por Mesoterritório
- Articulação das organizações comunitárias locais por Macroterritório/área de abrangência do PEA
- Organização de grupo que se reúne com frequência e com participantes constantes
- Formalização de associação ou cooperativa na comunidade
- Participação em associações ou cooperativas da região
- Comercialização de produção da comunidade através de redes, associações, cooperativas da região
- Vinculação a lutas/reivindicações por direitos no território
- Participação em conselhos e outras formas institucionais de participação popular
- Participação em organizações populares (movimentos sociais, fóruns, coletivos, articulações) do território
- Proposição e/ou captação de recursos para desenvolver projetos de interesse comunitário
- Outros:

#### VI. ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

10) Mapeamento das organizações comunitárias.

Comunidade	Tipo de organização	Nome da organização	Ano de criação	Nº de membros	Nº de mulheres	Nº de homens	Nº de membros em comissões	Participação em espaços de gestão

- Para o preenchimento do tipo de organização leve em consideração os seguintes modelos: associação, movimento social, coletivo, cooperativa ou outro (especifique). Para o preenchimento da participação das organizações em espaços de gestão considere espaços permanentes de atuação, como conselhos consultivos ou deliberativos, câmaras técnicas, comitês ou outro (especifique).

11) Na opinião dos educadores de base, como é a compreensão dos comunitários sobre cada um dos conteúdos abaixo?

- Enumere as alternativas de 1 a 5 considerando as seguintes métricas: 1 - Não compreendem; 2 - Compreendem pouco; 3 - Boa compreensão; 4 - Compreendem muito; 5 - Compreendem totalmente.
- Compreensão da Rede de Formação Socioambiental
- Compreensão sobre as questões socioambientais presentes no território
- Compreensão sobre a inter-relação destas questões com as questões regionais
- Compreensão sobre a inter-relações destas questões com as questões nacionais e globais
- Compreensão sobre os grupos de interesses (parceiros ou opositores) existentes no território
- Compreensão sobre as possibilidades de atuação nas divergências e convergências com os grupos de interesse
- Justifique sua resposta.

12) Formas de geração de renda.

- Preencha o nome das comunidades do seu Microterritório e indique quais suas principais formas de subsistência.

	Práticas de subsistência					
Comunidade	Pesca	Agricultura	Turismo	Artesanato	Eventos culturais	Outro
PREENCHER COMUNIDADE						
PREENCHER COMUNIDADE						
PREENCHER COMUNIDADE						
PREENCHER COMUNIDADE						
PREENCHER COMUNIDADE						

13) A comunidade implementa projetos com recursos financeiros para desenvolver iniciativas de interesse comunitário? (não considerar condicionantes de licença)

- (a) Sim, proposto e implementado pela comunidade
- (b) Sim, participa de projeto proposto e implementado por outra comunidade
- (c) Sim, participa de projeto implementado por movimento social ou ONG
- (d) Sim, participa de projeto implementado por universidade ou instituição de pesquisa
- (e) Não
- (f) Outros

Espaço destinado às reflexões e contribuições da equipe para o planejamento da continuidade do Projeto.

### **3. PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS ORGANIZATIVOS NO RELATÓRIO DE ATIVIDADE POR COMUNIDADE**

A proposta de inserção da avaliação dos processos organizativos comunitários nos relatórios de atividade por comunidade envolve a necessidade de ampliar os métodos analíticos para além do questionário de percepção da equipe de campo, entendendo os limites desta ferramenta quantitativa em alcançar estes processos de forma mais robusta e plural.

Partindo do pressuposto das subjetividades dos movimentos de organização em territórios tradicionais (vide seção 1), compreende-se que a possibilidade de apreensão destes processos mais por seus aspectos relacionais e transformacionais e menos por sua dimensão estrutural/estática depende de uma lógica analítica que aproxima o observador ao outro e garante o alcance de peculiaridades e das formas de resposta à totalidade imposta (COUTO *et al.*, 2019).

Propõe-se, portanto, integrar à atuação do/a educador/a o estímulo a uma perspectiva crítica de análise da dinâmica territorial quanto às formas e meios sob os quais os arranjos locais se estabelecem. Dessa forma, objetiva-se promover a análise continuada em que seja possível acompanhar o desenvolvimento organizacional para além de ações

formais e/ou permanentes e identificar possíveis arranjos significativos ao território que fogem de modelos burocratizados. Há também a finalidade de permitir o mapeamento mais rigoroso de entraves que prejudiquem o compromisso de fomento dos processos organizativos das comunidades pelo Projeto Redes.

Algumas questões foram previamente pensadas como forma de nortear a análise. São elas: como se dá o processo de mobilização dos comunitários? Quais discursos estão sendo fortalecidos sobre os territórios? Quais as agendas estão sendo priorizadas? Em quais espaços a comunidade costuma se organizar? Houve adesão à proposta da Rede de Formação Socioambiental – como?

O registro e compilação dos dados respeitará a dinâmica de trabalho e produção já estabelecida no Projeto, isto é, os relatórios de atividade mensal por comunidade serão utilizados como espaço para registro das observações relacionadas. Como forma de conduzir este processo, será disponibilizado um espaço na estrutura do relatório para preenchimento único sobre a pauta. O modelo de relatório proposto está disponibilizado abaixo.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES	
Comunidade (s):	Município:
Microterritório:	
Mesoterritório:	
Organização comunitária:	
Data:	Equipe:
Atividade:	
Onde se realizou a atividade? presencial (ex.: ar livre, escola, igreja) ou remota (telefone, whatsapp, google meet...).	
Perfil dos participantes: jovens, mulheres, pescadores, outros.	
Número de participantes:	
Horário: início e término	
Tipo de atividade: reunião de comissão comunitária (base, microterritório, mesoterritório, macroterritório), visita de convivência, reuniões institucionais.	
Objetivo (s) da ação:	
Pauta (se houver):	
Resultados alcançados:	

Breve descrição do encontro/reunião :
Principais temas e demandas:
Houve avanço em relação aos objetivos?
Houve algum desdobramento não previsto?
Situação da pandemia de COVID-19 na comunidade: casos, óbitos, vacinação, economia local /
Informações sobre andamento da Campanha “Cuidar é Resistir”:
Percepção sobre o processo organizativo da comunidade: especificidades, avanços e outros aspectos relevantes.
Impressões ou observações da equipe de campo sobre a atividade:
Encaminhamentos:

#### **4. PLANILHA DE FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS**

O modelo atualizado da planilha de fortalecimento das organizações comunitárias foi encaminhado em documento separado a este relatório, no formato correspondente ao programa Microsoft Excel (Adendo I).

#### **5. PROPOSTA DE AVALIAÇÃO COLETIVA DA ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA DO PERÍODO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS**

O objetivo desta proposta é realizar uma avaliação geral da evolução dos processos organizativos comunitários a partir do período de início das atividades presenciais da equipe de campo nas comunidades.

A avaliação coletiva será construída a partir da sistematização e análise dos dados levantados no Questionário de Percepção da Equipe de Campo, das informações disponíveis periodicamente nos relatórios de atividade nas comunidades e das Planilhas mensais do Processo de Fortalecimento.

Propõe-se uma avaliação semestral com a equipe de educadores em reuniões por Mesoterritório, já previstas em agenda, sobre as formas organizativas encontradas nas comunidades, assim como suas potencialidades e limites.

No momento de avaliação coletiva, em espaço de reunião já previsto junto aos participantes das comunidades no âmbito do Microterritório, Mesoterritório e Macroterritório, serão discutidas questões relativas a: I) a adesão à Rede de Formação Socioambiental: se foi gerada ou não, como e por quê; II) a articulação estabelecida ao fim do período de um ano de início das atividades presenciais de campo na Fase II: se já existia articulação, foi fortalecida ou não, foi gerada articulação, como. As técnicas de avaliação coletiva que melhor correspondam ao grau de organização e participação de comunitários serão definidas posteriormente pela equipe pedagógica e pelos educadores populares conforme as escalas micro, meso e macroterritorial.

Dos relatórios gerados com a avaliação coletiva a partir do início das atividades presenciais de campo na Fase II se extrairá uma sistematização geral sobre a evolução dos processos organizativos das comunidades com os movimentos autônomos dos sujeitos, os pontos de atenção, desdobramentos e processos de fortalecimento e organização que possam ter sido estimulados pelo projeto.

Por fim, serão extraídos elementos de síntese sobre os limites e as potencialidades da organização comunitária na perspectiva da educação ambiental crítica, com vista à formação do sujeito coletivo comunitário de direitos no acesso aos bens naturais e na constituição da Rede de Formação Socioambiental.

## **6. REFERÊNCIAS**

- ACOSTA, A. O bem viver, uma oportunidade de imaginar outros mundos. São Paulo: Ed. Elefante, 2019.
- BOURDIEU, P. Razões Práticas, sobre a teoria da Ação. 8a. ed. Campinas: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, P. CHAMBOREDON, J. PASSERON, J. Ofício do Sociólogo, Metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.
- BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. O lugar da vida-Comunidade e Comunidade Tradicional. Campo-território: revista de geografia agrária, p. 1-23, 2014.
- BRANDÃO, C. R. O que é o método Paulo Freire? Coleção Primeiros Passos, Vol. 38. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.
- CAMARGO, A. Da terra ao mar: turismo de base comunitária no espaço vivido de Superagüi - Guaraqueçaba, Paraná. Dissertação. 2015.

COSTA, J. M. A. Participação no contexto do Projeto de Educação Ambiental do Campo de Manati: uma análise sobre limites e possibilidades da experiência com ilhéus do Arquipélago de Cairu-Bahia. Dissertação de Mestrado do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Escola de Administração/UFBA. Salvador: UFBA, 2016.

COUTO, F. F.; HONORATO, B. E. F.; SILVA, E. R. Organizações outras: Diálogos entre a teoria da prática e a abordagem decolonial de Dussel. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 23, p. 249-267, 2019.

FONTES, B. A. S. M. Estrutura organizacional das associações políticas voluntárias. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 11, p. 41-60, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Ed. 17ª, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOHN, M. G. Participação de representantes da sociedade civil na esfera pública na América Latina. Dossiê. *Revista de Sociologia Política / Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.* – v. 10. n. 18. Florianópolis: UFSC, Abril de 2011. p223-244.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 29, p. 11-24, 2003.

LÜCHMANN, L. H. H.; SCHAEFER, M. I.; NICOLETTI, A. S. Associativismo e repertórios de ação político-institucional. *Opinião Pública*, 23, 361-396, 2017.

QUINTAS, J.S. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. In: LAYRARGUES, P. (Org.). *Identidades da 'Educação ambiental*. Brasília: MMA, 2004.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, E. T. Organização comunitária e desenvolvimento territorial: o contexto ribeirinho em uma ilha da Amazônia. Dissertação. 2006.

SOUZA, D. L., & SANTOS, J. C. N. Associativismo e mobilização social nas comunidades de Fundo de Pasto. *Cadernos de Agroecologia*, v. 15, n. 2, 2020.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa I, A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

VILPOUX, O. F. Role of institutions in the survival of traditional communities in Southern Brazil: the case of Faxinal. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 11, n. 1, 2015.